

3. CIDADÃOS E COMPORTAMENTO POLÍTICO

Dalton e Klingemann (2009) afirmam ser possível que a política brote de atitudes e comportamentos do cidadão comum e que as instituições de um processo político democrático devem ser estruturadas para atender à população. Essa perspectiva tem gerado discussões sobre as habilidades e a qualidade da participação cidadã, desde os tempos de Aristóteles e Sócrates até os dias de hoje.

Embora sejam discussões que se prolongam por séculos, havia pouco progresso até que nas últimas décadas ocorressem significativos avanços na descrição das atitudes e comportamentos do público e à compreensão do papel dos cidadãos no processo político. Dentre esses avanços, Dalton e Klingemann identificam primordialmente: 1) a abundância de dados empíricos – (graças ao aumento da coleta de dados de opinião pública; além de pesquisas comparadas ocasionais, vários levantamentos regulares relativamente institucionalizados passaram a ser realizados em escala global ou regional); e 2) mudanças no comportamento político em escala global – (simultaneamente com a rápida expansão do conhecimento empírico, o comportamento político nas democracias industriais avançadas e em grande parte do mundo em desenvolvimento mudou de forma substancial durante a segunda metade do século XX). A terceira onda de democratização reformou os sistemas políticos e a população dos novos regimes democráticos na Europa Central e Oriental, Ásia, África e América Latina.

Tais contextos forneceram oportunidades distintas para testar antigas teorias, expandir os limites do conhecimento e desenvolver novas teorias. Dalton e Klingemann resumem o debate subsequente em seis áreas: sofisticação das massas públicas, processos de modernização, valores políticos, escolha de voto, participação política e representação.

As questões sobre as habilidades políticas do público – o nível de conhecimento, compreensão e interesse em questões políticas – compõem um dos debates mais antigos e mais controversos em comportamento político. As primeiras pesquisas empíricas diagnosticavam uma sofisticação política geral aquém da expectativa idealizada na teoria (Campbell et al., 1960; Converse, 2006:1984; (Butler e Stokes, 1971). Para a maioria dos cidadãos, o interesse e envolvimento político parecem se estender pouco além de votar ocasionalmente em eleições nacionais. Aparentemente, as pessoas possuem pouco entendimento para participar da política. Não há clareza se as decisões de voto são baseadas em avaliações racionais sobre candidatos, partidos e propostas. Poucas pessoas reuniriam as condições necessárias para tomar decisões políticas informadas e coerentes.

A imagem do eleitor desinformado e pouco sofisticado induz a mudanças na visão do funcionamento da democracia e da participação popular. Se a maioria do público é pouco sofisticada, não é melhor para a democracia que as pessoas permaneçam politicamente desinteressadas? Chegou-se a tratar como perigosa a